



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2017

No dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e dezessete, às 14h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n. 4631, reuniram-se os seguintes integrantes do grupo Estratégico, Ricardo Oliveira Marques, Diretor-Geral; Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Douglas Eros Pereira Rangel, Secretário-Geral da Presidência; Bolivar Bernardes Jardim, Assessor da Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Ana Paula Ruas Queiroz, representando o Diretor Administrativo; Maria Cristina Gonçalves Discacciati, Diretora de Gestão de Pessoas; Lucineide Pimentel Teixeira, Secretária de Comunicação Social; Gustavo Nunes Ferreira, representando o Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Rejane de Paula Dias, Secretária da Escola Judicial; Luciana Costa Cruz Hahne, Diretora de Orçamento e Finanças, em exercício; Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também os servidores Samantha Alves Tato, Assessoria do Gabinete da Presidência, Mariana Cristina Araújo Campos, Déborah Rezende Junqueira Dias Alves, Assessora e servidora do Gabinete da Vice-Corregedoria, André Luiz Morais Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos, Bruno Pereira Torrozo Souza, Patrícia Helena dos Reis, Renata Nunes Franco, Thais Costa Cruz e Victor Aubin Verzani Souza da Secretaria de Gestão Estratégica e o servidor Rogélio Bar Neto, da Diretoria Judiciária. Os trabalhos foram abertos pela Secretária de Gestão Estratégica, Sandra Pimentel Mendes, que agradeceu a presença de todos, informou o motivo pelo qual foi necessário alterar a data previamente agendada e na sequência apresentou a pauta da reunião: Deliberações da RAE anterior, Situação dos Projetos Estratégicos, Análise dos Resultados do 1º quadrimestre deste exercício com informações estatísticas complementares e a Proposta de Trabalho para 2017. Sandra Pimentel lembrou, ainda, que foi deferida a revisão dos indicadores estratégicos conforme disposto na última RAE, o que é do conhecimento de todos, destacando que a aferição do 1º quadrimestre foi realizada tendo como referência as alterações aprovadas. Após, o servidor Bruno Torrozo apresentou o quadro resumo das deliberações da RAE anterior, com as providências tomadas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

DELIBERAÇÃO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL
1-- PROJ15009 -- Projeto Estratégico - Estudo para Implantação do Leilão Eletrônico e Comissão de Expropriação.¶ Verificar junto à Corregedoria a viabilidade de implantação do estudo e a diretriz institucional sobre a matéria.²	EPRO -- tomar as providências cabíveis²	Encaminhada CI SEGE 11/2017 pelo e-PAD 35835/2015. Aguardando retorno da Corregedoria. O estudo perdeu o objeto em razão da Resolução CNJ 236/2016 que regulamento procedimentos relativos a alienação judicial por meio eletrônico.²
2-- PROG15011 -- Programa Trabalho Saudável e Seguro.¶ Verificar a possibilidade de a Desembargadora Denise Alves Horta, Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Atenção à Saúde, ser a patrocinadora do programa, na tentativa de se obter uma execução mais efetiva dos projetos vinculados.²	EPRO -- tomar as providências cabíveis²	Atividade repassada para a Secretária de Gestão Estratégica. Aguardando posicionamento.²
3-- PROJ15016 -- Implantação do Sistema de Material e Patrimônio. ¶ Cancelar.²	EPRO -- atualizar a carteira²	TEP apresentado pelo e-PAD 8243/2017 e acatado pelo EPRO. Está em pauta para a próxima reunião do CPP.²
4-- PROJ15018 -- Projeto Estratégico - Agenda Institucional. A Secretária de Comunicação Social verificará a necessidade de manutenção do respectivo projeto na carteira.²	EPRO -- encaminhar para análise da SECOM²	TEP apresentado pelo e-PAD 7674/2017 e acatado pelo EPRO. Está em pauta para a próxima reunião do CPP.²
5-- PROJ15019 -- Projeto Estratégico de Desenvolvimento do Módulo de Precatório do Pje JT. ¶ Buscar informações junto ao CSJT para verificar a existência dessa demanda e, para tanto, a servidora Nadja Prates, Secretária de PJE, e Gestão e Tabelas Unificadas, poderá auxiliar. Na sequência e de posse das informações, verificar com o Desembargador Luiz Ronan Neves Koury, 2º Vice-Presidente, a pertinência da manutenção deste projeto na carteira.²	EPRO -- tomar as providências cabíveis²	Diretoria judiciária está ciente da demanda. Não houve evolução. EPRO irá agendar reunião com a Diretora Judiciária e a Secretária de PJE, e Gestão e Tabelas Unificadas.²
6-- PROJ15023 -- Projeto Estratégico - Revisão da Estrutura Organizacional. ¶ Cancelar.²	EPRO -- atualizar a carteira²	Gerente do Projeto ciente (email e telefone) da autorização do patrocinador para a apresentação do TEP. Não houve evolução.²
7-- PROJ15031 -- Projeto Estratégico - Implantação da Redundância dos Links de Comunicação do Interior. ¶ Cancelar.²	EPRO -- atualizar a carteira²	TEP apresentado pelo e-PAD 15132/2017 e acatado pelo EPRO. Está em pauta para a próxima reunião do CPP.²
8-- PROJ15032 -- Mensageria. ¶ Cancelar.²	EPRO -- atualizar a carteira²	TEP apresentado pelo e-PAD 8243/2017 e acatado pelo EPRO. Está em pauta para a próxima reunião do CPP.²



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Bruno Torrozo esclareceu que a reunião da Comissão de Projetos e Processos - CPP, ainda não ocorreu, em razão de ajustes que estão sendo realizados na Resolução n. 60/2016. Sandra Pimentel, destacou que negociações estão sendo realizadas com os servidores da Secretaria de Saúde para verificar a melhor forma de viabilizar reunião com a participação da Desembargadora Denise Alves Horta. Em relação ao cancelamento do PROJ15023 - Projeto Estratégico Revisão da Estrutura Organizacional os presentes deliberaram pela anterior apresentação à Comissão de Desembargadores que promoverá estudos relativos a implantação da Resolução 219 do CNJ, buscando auxiliá-la no levantamento de riscos, na organização das etapas para execução de futuro projeto e priorização de entregas, de modo a favorecer a transparência. A Secretaria de Gestão Estratégica se comprometeu a promover os meios necessários para agendar a supracitada reunião em parceria com o Diretor-Geral, Diretora Judiciária e Secretário Geral da Presidência. Em relação ao PROJ15019 Bruno Torrozo afirmou que a pendência persiste e que será em breve agendada reunião conforme acordado na última RAE. Dando prosseguimento Bruno Torrozo passou a discorrer sobre o andamento dos projetos estratégicos do TRT3, destacando que 31% dos projetos estavam em andamento, sem entraves; 20%, com problemas pontuais; 11% dos projetos apresentavam algum tipo de problema mais grave, 16% dos projetos foram encerrados e 22% não possuíam informação, ou não foram iniciados, ou estavam sem planejamento. Sandra Pimentel, enfatizou que o material descritivo com o status de cada projeto foi previamente enviado e que nesta RAE o foco foi dado ao desempenho dos indicadores e metas estratégicos. Ato contínuo, a servidora Patrícia Reis, apresentou os resultados do 1º quadrimestre de 2017 do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 21%, 7% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 65% de metas relacionadas não alcançadas, sendo que 7% não foi possível apurar. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 42% tiveram suas metas cumpridas, 12% ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 17% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 29% ficaram sem aferição, por se tratar de indicadores com medição semestral ou anual. Observando a impossibilidade de aferição de 29% dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

indicadores, Patrícia Reis ressaltou a necessidade de revitalizar o foco e os compromissos institucionais em torno do desempenho almejado pelo TRT3, uma vez que a falta de aferição prejudica a análise dos resultados. Desta forma, os presentes concluíram pela necessidade de revisão de alguns indicadores com destaque para os IGovs. Na busca de fomentar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, na presente RAE os responsáveis pelos indicadores que se encontram com o farol vermelho apresentaram propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados. Foram elas: Indicador 53 - Índice de contratação sustentável: Ana Paula Ruas apresentou a proposta do Diretor de Administração que consiste na revisão do indicador em razão da necessidade de adequá-lo às melhores práticas introduzidas pelo Plano de Logística Sustentável. Gustavo Nunes enfatizou que a equipe da TI pode contribuir para este aperfeiçoamento; Indicador 13 - Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado: A Assessora Mariana Campos apresentou três propostas que podem ser objeto de estudos, a saber: 1) fomentar a realização da segunda mesa de audiência para conciliação na fase de execução, 2) fortalecer a estrutura da Central de Pesquisa Patrimonial e estudar formas de melhor aproveitamento da mão de obra extremamente especializada lotada na unidade, e 3) mapeamento das atividades da Central de Pesquisa Patrimonial, como forma de otimizar o trabalho e melhor dimensionar a equipe. Ressalta-se que em relação ao item 2, o Diretor-Geral informou que já existem estudos neste sentido que passarão a ser devidamente analisados; Indicador 16 - Número de ações voltadas à prevenção da judicialização: matéria controversa, pois não se chegou a uma conclusão se cabe ao TRT3 o papel de prevenir a judicialização e, se couber, como proceder. Considerando ser o indicador integrante do objetivo estratégico "Estimular a prevenção e a conciliação de conflitos", deliberou-se por apresentar a matéria à Comissão de Gestão Estratégica; 54 - Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por Pregão Eletrônico (PE): André Mascarenhas informou que o processo apresenta dois grandes gargalos, o prazo de execução das atividades pelo demandante e pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral e que o tempo médio recomendado pelo CSJT é de 120 dias, somando a fase interna com a externa. Como forma de buscar a melhoria destes prazos, inicialmente, duas propostas foram acordadas: 1) padronizar com as maiores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

unidades demandantes critérios de protocolizar os expedientes, via epad e 2) retomar a construção do mapeamento do processo de aquisição; 30 - Percentual de cargos de juiz substituto vagos: o Secretário Geral da Presidência elencou todas as iniciativas tomadas pelo TRT3 (concurso público 01/2015 cancelado, edital para aproveitamento de candidatos aprovados impedido, concurso de remoção em andamento) e destacou que com a publicação da Resolução Administrativa n. 1861/2016 pela ENAMAT, a atuação dos Regionais está limitada e considera prudente avaliar a aplicação desta Resolução, antes de tomar qualquer decisão sobre a possível revisão do indicador; 34A - Percentual de servidores gestores capacitados em competências gerenciais: Rejane Dias, Secretária da Escola Judicial, informou que uma análise criteriosa foi realizada por servidores da unidade e verificou-se a necessidade de retificação dos dados do indicador, sendo 57,35% o desempenho no 1º quadrimestre. Ressaltou que é preciso corrigir um erro material existente na justificativa descrita no glossário de indicadores, o que foi devidamente anotado pela servidora Patrícia Reis e sugeriu também a revisão das metas propostas, pois são muito arrojadas, o que contou com a anuência dos presentes; 47 - Índice de execução do orçamento disponibilizado: Luciana Hahne explanou sobre as dificuldades de aferição do indicador, com destaque para a flutuação do denominador e os presentes concluíram pela necessidade de revisão, destacando que por se tratar de meta nacional continuará sendo aferido na íntegra no Sigest Nacional. Na sequência, Patrícia Reis explanou sobre o desempenho acumulado no 1º quadrimestre de 2017 das metas e indicadores nacionais, a saber: o IPJ - Índice de Processos Julgados, o IPA - Índice de Processos Antigos e o IRA - Índice de Redução do Acervos dos Maiores Litigantes superaram a expectativa com o desempenho de 109,01%, 105,42% e 101,30% respectivamente; o ICONc - Índice de Conciliação Fase de Conhecimento 1º grau, não atingiu o previsto, tendo seu desempenho acumulado sido aferido em 94,86%; o IE - Índice de Execução está abaixo do previsto com desempenho de 88,63%; o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º grau teve desempenho acima do esperado atingindo 100,41%, já no 2º grau os valores ficaram um pouco aquém das expectativas com 95,83%; o IEOD - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado ficou com desempenho deficitário, 65,64%; TMDP1 e 2 - Tempo Médio de Duração do Processo alcançaram 89,74% e 68,75%, totalizando 162 e 180 dias, respectivamente; e não houve aferição para IGov



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Pessoas, IGov e IGov TI. Foi solicitado pelos presentes que seja confrontado os dados apresentados e os calculados pela Corregedoria em relação ao ICONc, o que será devidamente providenciado pela Secretaria de Gestão Estratégica. Cristina Discacciati e Gustavo Nunes informaram que recentemente o TCU apresentou os resultados de 2016 do IGov Pessoas e IGov TI. Patrícia Reis destacou que a Secretaria de Gestão Estratégica, como forma a aprimorar sua prestação de serviço, irá paulatinamente promover para a Corregedoria Regional sugestão de ações que permitam alavancar os resultados, com foco inicial no IACJ. Acrescentou, que na próxima 2ª feira, iniciará o processo participativo de construção das metas nacionais para 2018 e que a participação de todos é de extrema relevância para que possamos propor ajustes. Destacou, ainda, que em uma perspectiva histórica, a gestão estratégica em nível nacional e regional colaboraram significativamente com a construção de séries históricas de dados cada vez mais consistentes, o que não descarta a necessidade de revisão sistemática e continua dos processos de trabalho na 1ª e 2ª instância, como também lembrou o servidor Rogélio Neto. A consistência dos dados promoverá de maneira contundente a assertividade no processo decisório institucional. Dando prosseguimento, o servidor da Seção de Estatística, Victor Aubin Versani Souza, expôs ao grupo estratégico o resultado da análise dos gráficos apresentados, destacando que a partir da análise de 52 meses, jan/13 a abr/17, percebe-se que há uma pequena tendência de queda no recebimento processual na primeira instância, tendo o mesmo comportamento as curvas de recebimento processual e de processos solucionados. Ressalta que há uma forte tendência de crescimento dos processos pendentes na primeira instância, sendo que a diferença entre o recebimento processual e os que estão pendentes estão aumentando continuamente. Em relação ao prazo médio do ajuizamento ao arquivamento na primeira instância observa-se uma leve tendência de aumento nesse período. A quantidade de execuções iniciadas apresenta uma tendência decrescente, e apresenta o mesmo comportamento das execuções baixadas. A diferença de processos pendentes de baixa na execução e as execuções iniciadas é muito grande, sinalizando ser um dos principais problemas da justiça do trabalho. Diferentemente do que acontece na primeira instância, há uma forte tendência de crescimento de recebimento processual na segunda instância, sendo que o comportamento entre as curvas de recebimento e processos julgados é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

bem semelhante. Na segunda instância também há uma forte tendência de crescimento no número de processos pendentes, sendo que esse crescimento se torna mais evidente a partir de agosto de 2015, fazendo com que a diferença entre os recebidos e os pendentes de julgamento fique cada vez maior a partir de ago/15 a abr/17. Como na primeira, a segunda instância também tem uma leve tendência de aumento do prazo médio da autuação até a baixa. Após, Patrícia Reis e Thais Cruz discutiram sobre as propostas de trabalho da SEGE para 2017. Patrícia Reis destacou a importância de se realizar o desdobramento da estratégia, uma vez que é uma forma eficiente de levar o Plano Estratégico ao conhecimento de todos no âmbito do TRT3. Asseverou que o sucesso da construção de um painel de contribuição depende do compromisso da unidade na elaboração e posterior execução e acompanhamento. Lembrou, ainda, que em razão da Resolução do CNJ 240/2016, é preciso desdobrar a estratégia para a área de Gestão de Pessoas. A Chefe da Seção do Escritório de Processos descreveu o trabalho realizado pela equipe da Secretaria de Gestão Estratégica, ressaltando a importância do alinhamento da Cadeia de Valor com o Plano Estratégico do TRT3. Como resultado deste trabalho a Secretaria de Gestão Estratégica propôs a criação de Grupos de Discussão, buscando alavancar projetos estratégicos que sejam capazes de dar respostas às propostas de melhoria descritas, quando da construção da cadeia de valor pelas diversas unidades participantes, o que foi devidamente acatado pelos presentes. Dessa forma, serão criados 5 grupos que analisarão as seguintes propostas de melhoria: G1) G14 e G15 - Regulamentar a Gestão Documental; G2) S.6 – Calcular capacidade de trabalho das áreas de suporte do Tribunal, GP.22 – Desenvolver curso *on line* sobre o TRT e GP.15 Regulamentar critérios de movimentação; G3) EO.1 – Definir e cobrar metas - desdobramento e EI.2 – Identificar indicadores de áreas críticas; G4) EO.9 – Mapear fragilidade de sistemas para lançamento de dados, EO.10 – Conscientizar servidores sobre a importância do lançamento de dados, EO.11 – Capacitar servidores no e-gestão e SI.2 – Criar e acompanhar metas de erros de registro; G5) S.6 – Mapear e padronizar processos de Varas do Trabalho, PI.2 – Analisar pertinência da emissão de certidão de crédito, PI.3 – Mapear e integrar Conciliação, PI.5 – Padronizar conduta de reunião com grandes litigantes e PI.6 – Sistematizar e acompanhar estatísticas de conciliação. Para viabilizar a análise e enriquecer o trabalho, os presentes definiram as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

unidades que devem indicar servidores para compor cada grupo. São elas: G1) Comissão de Gestão Documental, Ouvidoria, SEDOC, Seção de Segurança da Informação e unidade que ficará responsável pela implantação do PROAD; G2) Escola Judicial, Diretoria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Pessoal, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento de Pessoal; G3) Gestão Estratégica, e unidades; G4) Corregedoria, Diretoria Judiciária, Secretaria de Apoio Judiciário, Seção de Estatística, Escola Judicial, PJE; SESIS, NUGEP; G5) Corregedoria, Diretoria Judiciária, Secretaria de Apoio Judiciário, Diretor de Vara, NUPEMEC/CEJUSC, PJE, SESIS, NUGEP. Em seguida, a Chefe do Gabinete de Apoio da Secretaria de Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, _____, Chefe do Gabinete de Apoio da Secretária de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

RICARDO OLIVEIRA MARQUES
Diretor-Geral

TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA
Diretora Judiciária

DOUGLAS EROS PEREIRA RANGEL
Secretário-Geral da Presidência

DOUGLAS EROS PEREIRA RANGEL
Secretário-Geral da Presidência

BOLIVAR BERNARDES JARDIM
Assessor da Corregedoria Regional

DENISE MARIA REIS GREGO
Secretária de Apoio Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

ANA PAULA RUAS QUEIROZ

Representando o Diretor Administrativo

MARIA CRISTINA GONÇALVES DISCACCIATI

Diretora de Gestão de Pessoas

LUCINEIDE PIMENTEL TEIXEIRA

Secretária de Comunicação Social

GUSTAVO NUNES FERREIRA

Representando o Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

REJANE DE PAULA DIAS

Secretária da Escola Judicial

LUCIANA COSTA CRUZ HAHNE

Diretora de Orçamento e Finanças, em exercício

SANDRA PIMENTEL MENDES

Secretária de Gestão Estratégica

MARIANA CRISTINA ARAÚJO CAMPOS

Assessora do Gabinete da Vice-Corregedoria

DÉBORAH REZENDE JUNQUEIRA DIAS ALVES

Servidora do Gabinete da Vice-Corregedoria

SAMANTHA ALVES TATO

Assessoria do Gabinete da Presidência

ANDRÉ LUIZ MORAIS MASCARENHAS

Secretário de Licitações e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

BRUNO PEREIRA TORROZO
Chefe do Escritório de Projetos

RENATA NUNES FRANCO
Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

THAIS DA COSTA CRUZ
Chefe do Escritório de Processos de Trabalho

VICTOR AUBIN VERZANI SOUZA
Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

ROGÉLIO BAR NETO
Servidor da Diretoria Judiciária